

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)

31 mar 2017 | O Globo

Leis trabalhistas estão obsoletas, diz Gilmar

Segundo ministro, há áreas importantes que precisam ser modernizadas

-BRASÍLIA- O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que as atuais normas trabalhistas estão engessadas e se tornaram obsoletas diante da modernização do mercado. Em evento para lançamento do Caderno de Pesquisas Trabalhistas, que reúne publicações sobre direito trabalhista e sindical, ele disse que, apesar de várias reformas já terem sido realizadas nos últimos anos, há áreas importantes que precisam ser modernizadas e que ficaram de fora. Ele citou as reformas trabalhista — que tramita no Congresso —, política e tributária.

— O mundo está em profunda modificação. A globalização, o avanço da tecnologia, determinadas funções estão desaparecendo. Estamos com os olhos voltados para isso. Sabemos já o que não queremos. Não queremos um sistema engessado. A gente sabe que alguns modelos, que foram produtivos, estão obsoletos. Especialmente porque não respondem a essa realidade modernizada — observou.

O Caderno de Pesquisas Trabalhistas foi lançado pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP, onde Mendes leciona) em parceria com o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Ives Gandra, e se propõe a embasar o debate sobre a reforma trabalhista.

— Se queremos atualizar a legislação, não é só na base de “achismos”, é na base da ciência, de argumentos jurídicos e econômicos — disse Gandra. CLT: ‘NÚCLEO DE DIREITOS BÁSICOS’ Gilmar ponderou que, à medida que as normas trabalhistas foram se tornando mais engessadas, outras realidades, muitas vezes à margem da lei atual, surgiram, como a chamada “pejotização”. Segundo ele, há um “amplo isolamento do sistema trabalhista ao longo dos anos”.

— Nós temos uma massa de desempregados, graças a essa brutal recessão. Certamente, uma nova institucionalidade pode contribuir para que tornemos essa relação menos onerosa — completou Gilmar.

Gandra defendeu, ainda, o princípio básico da reforma trabalhista que tramita no Legislativo, de que o acordado prevaleça sobre o legislado. Segundo ele, “quanto mais a sociedade se organiza em sindicatos, menos intervenção deve haver”. Ele defendeu que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) deve passar a ser um núcleo duro de direitos básicos:

— O núcleo duro deve ser mais restrito, uma CLT com direitos básicos, e o resto é negociação coletiva. Esse talvez tenha sido o eixo principal da reforma trabalhista. E nós, do Judiciário, vamos corrigir eventualmente um ou outro excesso. (Bárbara Nascimento)

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)